

Brasil, Venezuela e Chile, os únicos a melhorar o saldo

PARIS — Quase todos os países da América Latina enfrentam dificuldades para renegociar suas dívidas externas. Pressionados pelos bancos credores e organismos oficiais mundiais, os Governos latino-americanos tiveram seus endividamentos aumentados durante 1986, com exceção de Brasil, do Chile e da Venezuela, únicos que reduziram sua dívida com o resto do mundo.

O Brasil, o maior devedor entre os países em desenvolvimento — deve US\$ 103,3 bilhões (em 1985 eram US\$ 105,1 bilhões) e paga US\$ 12 bilhões por ano de juros e amortizações da dívida —, foi praticamente o único país a não subscrever com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um programa de ajuste da economia.

O Governo alega que, para permitir o desenvolvimento social e econômico do País, o serviço anual da dívida externa não deve ficar acima de 2% ou 2,5% do Produto Interno

Bruto (PIB) brasileiro, em vez dos 5% atuais. Para isso, tenta-se com os 700 bancos credores e países ocidentais a redução das taxas de juros e de risco (spread), dinheiro novo e o reescalonamento da dívida. O superávit comercial brasileiro em 1986 deverá ser de US\$ 10 bilhões, abaixo do serviço da dívida, cujo total atingiu 48% do PIB nos dois últimos anos.

Contemporizações — ou inovações, como a do Brasil —, contudo, foram comuns a quase todos os latino-americanos na busca de soluções reais ou originais para o pagamento de suas dívidas. O Peru, por exemplo, persistiu na sua disposição de destinar apenas 10% de suas exportações para o pagamento aos credores — liberando recursos para o desenvolvimento econômico, que em 86 atingiu a taxa de 8% de crescimento anual da produção, com aumento de 7% nos salários —, enquanto outros vi-

ram grande parte de suas receitas comerciais serem devoradas pelo serviço da dívida: 65,6% no caso da Venezuela e 55% no caso argentino.

A situação mais grave parece ser a do México — o segundo maior devedor, com US\$ 100 bilhões em 1986 — que renegociou o pagamento de capital para o período 1994-2006, obtendo alívio temporário, mas hipotecando seu futuro com um enorme incremento de sua dívida. Nos próximos 20 anos, o país deverá abonar US\$ 210 bilhões em juros e amortizações, mais do dobro do que deve atualmente. Os mexicanos deverão dispender 80% de suas exportações — estimadas em US\$ 108,582 bilhões no quinquênio 86-90 — no pagamento do serviço da dívida. Sua fidelidade ao FMI retraiu os investimentos em todos os ramos, aumentando as diferenças sociais num país em que 15% da população concentra metade da renda nacional e a inflação alcança a

casa dos 100% ao ano.

A Argentina, que deve US\$ 50,8 bilhões — quase 30% do PIB — precisou recorrer este ano a novos empréstimos, para compensar a perda de 20% em suas exportações. Enquanto isso, a Venezuela — que deve US\$ 32 bilhões — procura novos reescalonamentos da dívida, que implicariam em moratórias nos pagamentos até 1989. O débito total do Uruguai supera cinco vezes suas exportações, enquanto a República Dominicana deve seis vezes o que exporta por ano. No caso do Uruguai, a dívida soma US\$ 5 bilhões, provocando a reação do movimento sindical e dos partidos de esquerda. Eles denunciaram que, em 1986, o Governo relegou a segundo plano o desenvolvimento social da nação, preferindo dar prioridade ao pagamento — em 1987, ela custará aos uruguaios US\$ 200 milhões em pagamento de juros.